



Moreira (E) argumenta que não adianta dar paulada no setor produtivo, mas não convence Cardoso

Cardoso mantém IPI decendial

Ministro descarta pedido da Fiesp, que acha medida recessiva, para retirar MP

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, não aceitou o pedido do presidente da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, de retirar do Congresso Nacional a Medida Provisória que determinou o recolhimento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e outros impostos a cada dez dias. Para convencer o ministro, Moreira Ferreira entregou um documento com previsões de recessão, aumento de desemprego e de dificuldades para as empresas, que, segundo o presidente da Fiesp, terão de "tomar empréstimos bancários" para cumprir a MP.

Moreira Ferreira deixou o gabinete da Fazenda certo de que o ministro teria dificuldades em atender ao seu pedido. "A redução dos prazos está dentro do interesse da União e do contribuinte,

de proteger o crédito tributário da inflação", declarou o secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, logo após a conversa entre Cardoso e o presidente da Fiesp. O secretário acusou os empresários de aplicarem no mercado financeiro por até dez dias o dinheiro do imposto que arrecadavam dos consumidores antes de repassá-lo para a União. E ainda afirmou que a perda deste rendimento não poderá resultar em aumento de custos das empresas.

Moreira Ferreira, no entanto, argumentou com Cardoso que "não adianta dar paulada na inflação penalizando o setor produtivo". Para o presidente da Fiesp, a reforma tributária na revisão constitucional é a única saída para a crise econômica. Moreira Ferreira acredita ser possível aprovar uma reforma tributária ainda este ano. Mas, reconhece, isso depen-

de da vontade dos parlamentares. "Quando eles querem, eles fazem", observou. Ele ainda elogiou os "fortes cortes" no orçamento de 1994 que o ministro da Fazenda pretende fazer.

Segundo Moreira Ferreira, a queda na produção, registrada no último mês, é reflexo da "instabilidade política" gerada pela CPI da máfia do Orçamento. Os empresários, revela, engavetaram seus projetos de investimentos. O presidente da Fiesp deixou com Cardoso a proposta da Fiesp para a reforma tributária, reduzindo de 58 para oito o número de impostos. A novidade é a criação do "sales tax", imposto semelhante ao que existe nos Estados Unidos, em que o consumidor paga a taxa no ato da compra. Pela proposta da Federação, acabariam o ICMS e o IPI, mas seria criado um imposto seletivo sobre a produção de bebidas alcoólicas e fumo.